

## **PARECER JURÍDICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 007/2024

**RECORRENTE:** URBAN SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

**RECORRIDA:** VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

### **I DO RELATÓRIO**

Cuida-se de análise jurídica acerca do recurso interposto pela licitante **URBAN SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** em face da decisão que classificou a proposta da recorrida **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA** no certame licitatório realizado sob a modalidade Pregão, forma eletrônica, cujo objeto é a contratação de empresa privada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares no perímetro urbano do município de Bocaiúva Do Sul/PR.

Em suas razões, a recorrente questiona a exequibilidade da proposta apresentada pela recorrida, sustentando que o desconto apresentado pela **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA** "*é tão substancial que levanta dúvidas legítimas quanto à capacidade da empresa de cumprir as obrigações contratuais sem prejudicar a qualidade do serviço e o atendimento adequado às necessidades do órgão*".

Alega que há discrepância na planilha apresentada, mais especificadamente no que se refere ao cálculo do percentual de insalubridade para os cargos de Motorista e Coletor.

Em sua parte concludente, requer a reforma da decisão para desclassificação da proposta da licitante.

Na oportunidade, a recorrida apresentou contrarrazões, argumentando que a recorrente não apresentou justificativa para a inexequibilidade alegada. Alegou que os valores relativos ao adicional de insalubridade são calculados com base no salário-mínimo. Requereu, por fim, que o presente recurso não seja reconhecido, pois está sem assinatura digital da recorrente.

É o breve relatório. Passa a opinar.

## **II DO MÉRITO**

### **II.1 DO CONHECIMENTO DO RECURSO. PRINCÍPIO AO FORMALISMO MODERADO**

Em suas contrarrazões, a recorrida afirma que para interpor recurso via e-mail ou plataforma é indispensável que o mesmo seja assinado com certificado digital com protocolo de assinatura ICP Brasil caso contrário, não deve ser reconhecido.

Contudo, não parece razoável seguir o rigor exacerbado.

A interpretação das normas do Edital não pode ser formal e rígida em uma literalidade engessada, ao contrário, deve estar orientada aos princípios e à finalidade buscada

com a licitação. Nesse sentido é o seguinte precedente do TCU<sup>1</sup>:

"A observância das normas e das disposições do edital, consoante o art. 41, caput, da Lei 8.666/93, deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios"

A licitação é um procedimento orientado para uma finalidade, de modo que as normas legais devem ser interpretadas de acordo com a finalidade a que se destinam, não sendo adequada uma interpretação literal dos dispositivos e sim uma interpretação sistemática e finalística. Trata-se de ponderação entre os princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório e a busca pela proposta mais vantajosa e atendimento ao interesse público, com aplicação da razoabilidade e proporcionalidade.

O caso ora analisado apresenta perfeita subsunção ao entendimento apresentado pela jurisprudência, uma vez que não se trata de vício insanável.

Sendo assim, merece ser conhecido o recurso.

---

<sup>1</sup> Acórdão 119/2016 - Plenário, Relator Vital do Rêgo, Data da Sessão 27/01/2016.

**II. 2 DA ANÁLISE JURÍDICA QUANTO À EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA RECORRIDA VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**

Inicialmente, é válido registrar que o exame jurídico se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a sua parte técnica.

Pois bem.

A recorrente **URBAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** afirma que a proposta da recorrida é inexecutável, sobretudo por conter valores discrepantes em relação ao adicional de insalubridade dos profissionais.

Afirma que a insalubridade atribuída ao Motorista está indicada como R\$564,80, quando na deveria ser R\$878,40. Igualmente, aponta que a insalubridade dos Coletores foi orçada pela recorrida no valor R\$564,80, quando o valor correto seria R\$ 679,20, segundo a recorrente.

A **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, por sua vez, afirma que os valores orçados estão corretos, pois foram calculados com base no salário-mínimo nacional vigente, conforme convenção coletiva da SIEMACO, situação em que o cálculo correto seria, segundo ela, R\$1.412,00 X 40%.

Em análise à minuta do edital, verifica-se que o valor orçado pela Administração para a concessão do adicional de insalubridade (40%) corresponde, de fato, ao salário-mínimo nacional vigente, conforme planilha de custos anexa e destacada abaixo:

1. MÃO DE OBRA DE MOTORISTAS DIURNOS					
Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO MOTORISTA DE CAMINHÃO DIURNO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Normal	mês	1			
Adicional de Insalubridade (R\$ 1.412,00 x 40% = R\$ ...)	%	40%			
<b>Total do Efetivo</b>	<b>homem</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

2. MÃO DE OBRA DE COLETORES DIURNOS					
Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO COLETOR DIURNO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Normal	mês	1			
Adicional de Insalubridade (R\$ 1.412,00 x 40% = R\$ ...)	%	40%			
<b>Total do Efetivo</b>	<b>homem</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Sendo assim, considerando que o valor orçado pela recorrida pautou-se na mesma base utilizada pela Administração Pública, entende-se que a proposta foi elaborada de acordo com o que foi exigido no Edital.

Além disso, o argumento utilizado pela recorrente de que são consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores orçados pela Administração não se aplica ao presente caso, pois o objeto não se trata de obras e serviços de engenharia, mas, sim, de prestação de serviços comuns com mão de obra terceirizada.

Ainda que fosse, importante observar que a Instrução Normativa n. 05/2017/SEGES<sup>2</sup>, determina que "a *inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da*

<sup>2</sup>Embora essa instrução tenha sido editada à luz da Lei n° 8.666/93, foi expressamente "recepcionada" pela União no novo regime licitatório (Lei n. 14.133/2021), através da Instrução Normativa SEGES/ME N° 98/2022.

*planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais".*

Sendo assim, considerando a inexistência de indícios de inexequibilidade, não se mostra razoável a desclassificação da proposta mais vantajosa à Administração.

### **III CONCLUSÃO**

Ante o exposto, opina-se pelo **JULGAMENTO TOTALMENTE IMPROCEDENTE** do recurso interposto, mantendo-se a classificação da licitante **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.**

É o parecer.

Bocaiúva do Sul/PR, 02 de abril de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n. 221.547

OAB/BA n. 63.686

OAB/DF n. 75.483